

## **Comentários Acerca da inflação e Sua Análise Durante o Primeiro Governo Dilma.**

**João Paulo Davi Constantino**

Aluno de graduação do curso de Ciências Econômicas da UFRRJ

**Roberto de Souza Rodrigues**

Professor Adjunto do IM/UFRRJ

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo apresentar o comportamento da inflação brasileira nos quatro anos do primeiro governo Dilma a partir de uma análise desagregada de cada um dos grupos que compõe o IPCA. Para isto são apresentados conceitos teóricos acerca da inflação, além de um panorama na condução da política econômica brasileira para combate da inflação nos últimos anos. O artigo destaca que a inflação no primeiro governo Dilma se manteve dentro dos limites da meta e ao longo destes quatro anos teve forte influência de preços advindos de setores basicamente compostos por serviços, com alto coeficiente de trabalho. O texto também ressalta a inflexão que a política econômica do governo Dilma vem expressando, ficando esta mais inflexível e rígida.

**Palavras-chave:** Inflação; Política Econômica; Governo Dilma.

**Abstract:** This paper aims at presenting the characteristics of inflation in Brazil during the first government of president Dilma, through a disaggregate analysis of each group that integrates the IPCA. For that, theoretical concepts about the inflation are introduced along with an overview of the Brazilian economic policies against inflation in the last years. The article shows that the inflation in the first Dilma's government remained within the targeted limits and over the four years had a strong influence of prices mostly from sectors composed by services, with high working coefficient. The text also points out the inflexion that has characterized Dilma's economic policy, which is becoming more inflexible and rigid.

**Key-words:** Inflation; Economic Policy; Dilma's Government.

## 1. Introdução

O fenômeno inflacionário chama tanto a atenção não apenas de economistas quanto de estudiosos do assunto em outras áreas especialmente porque ele se constitui como um desafio nas economias a ser compreendido e superado, ainda mais por causar efeitos negativos e imediatos principalmente nas camadas mais baixas da sociedade. Atualmente, muito tem se comentado sobre a inflação e sobre o perigo de deixá-la “sair de controle”, comentários estes que apenas se reforçam pelo poder de influência da mídia, e se acumulam ainda mais em época de campanha eleitoral, como a que acabamos de vivenciar. De um lado, os veículos da mídia insistem em afirmar que a inflação está fora de controle e, que se não combatida imediatamente, poderá acarretar danos para o crescimento do país e o desenvolvimento social deste. Do outro, o governo se esforça em argumentar que a mesma está dentro dos parâmetros e que tenderá a cair nos próximos anos.

Muito embora as causas das pressões inflacionárias sejam um tema de longa data discutido entre os economistas, assim como a tentativa de explicá-la através dos conceitos de inflação de demanda e inflação de custos, a análise da inflação e das variáveis que a afetam ainda abre espaço para debate e oposição de visões.

Em meados da década de 50, como apontam Rego, Mazzeo e Freitas Filho (1986):

“[...] a discussão sobre as causas da inflação estava centrada no clássico dilema *do cost push versus demand pull inflation*, baseado no deslocamento das curvas de oferta e demanda agregadas [...] Os que achavam que a inflação era de demanda, no lado do mercado de bens e serviços (*demand pull*), viam no deslocamento da curva de demanda agregada (para a direita) a causa da inflação. Os que achavam que a inflação estava no lado dos custos (*cost-push*), descreviam-na como um deslocamento da curva de oferta agregada (para esquerda).”

O que, na realidade, esse trecho mais revela é a distinção de dois pensamentos econômicos: o ortodoxo, pelo lado dos monetaristas e defensores da TQM (a primeira versão, derivada da equação de trocas) e o heterodoxo, com suas diversas correntes como o estruturalismo cepalino, a teoria administrativa, etc. O modo como cada escola de pensamento analisa o processo inflacionário e lhe atribui determinada causalidade acaba influenciando as estratégias que serão adotadas no combate da mesma. Isto porque, independente do pensamento envolvido, a inflação já se tornou um “fenômeno

característico das economias capitalistas – desenvolvidas ou subdesenvolvidas”<sup>1</sup> e é vista por todos como um fenômeno a ser combatido, não apenas por causa dos danos que traz em si mesma, como pelos que acarreta.

Este texto tem como objetivo analisar os componentes, itens e grupos que mais afetaram a inflação no governo Dilma, para então tentar entender a sua causa a partir da dicotomia demanda *versus* custos. O foco não será mostrar que uma explicação é mais correta em detrimento da outra, ou criticar o modo como a inflação é combatida atualmente de acordo com o diagnóstico atribuído pela autoridade monetária, mas sim tentar entender melhor a dinâmica da inflação através da compreensão do que mais está pesando na alta dos preços da economia brasileira.

Para isto, este trabalho está dividido em mais três seções além da introdução. Na segunda seção é apresentado o conceito teórico de inflação de demanda e inflação de custos. Em seguida, na terceira seção, são abordadas algumas políticas econômicas aplicadas pelos governos nos anos recentes para controle da inflação. A seção 4 retrata de maneira breve os números da inflação no governo Dilma, de maneira mais conjuntural, para então analisar os itens e grupos que mais pesaram sobre a inflação na economia brasileira nos últimos anos. Por fim, uma breve conclusão.

## **2. Inflação de Demanda versus Inflação de Custo**

A teoria sobre a inflação de demanda, que está mais ligada às teorias ortodoxas, atribui ao movimento da demanda agregada da economia o motivo pela elevação dos preços, sendo este movimento impulsionado ou pela excessiva emissão monetária ou pelo aumento dos gastos (como gastos do governo etc.). Neste pensamento a inflação de demanda ocorre com maior facilidade em economias que atingiram o pleno emprego ou estão mais próximas dele (Vasconcellos e Luque, (2004))<sup>2</sup>. Isto porque, se a causa da inflação reside num aumento da demanda agregada da economia, em economias com desemprego dos fatores a oferta poderia responder com o aumento da utilização de tais recursos. No entanto, se estamos falando de uma economia que está se aproximando do

---

1. Rego, Mazzeo e Freitas Filho (1986).

2. Os autores Vasconcellos e Luque ressaltam que, numa definição rigorosa, se pressupõe que a inflação de demanda ocorreria apenas a níveis de pleno emprego, porém, como alguns setores acabam atingindo tal patamar antes de outros, aumentos da demanda agregada causariam aumento de preço nestes setores e então a inflação de demanda ocorreria sem que necessariamente a plena capacidade do agregado tenha sido alcançada.

pleno emprego (em termos do pensamento ortodoxo)<sup>3</sup>, a oferta não consegue responder tão rapidamente, sendo os preços, então, afetados pelo processo.

Esta causalidade advém do modelo macroeconômico da teoria neoclássica onde a oferta agregada da economia é considerada como a soma de todas as ofertas individuais das empresas existentes. Estas, por sua vez, têm a sua produção representada por uma função de produção que combina as variáveis: fator trabalho e fator capital. Como o fator capital não se modifica no curto período, o total produzido pelas empresas individualmente dependerá do que ocorre no mercado de trabalho. O mercado de trabalho é representado por duas curvas: a de oferta, onde o fator se relaciona positivamente com o montante de salário real pago, e a de demanda, onde a relação é inversamente proporcional. Dessa forma, dado os pressupostos do modelo em que a economia apresenta mercado competitivo, agentes maximizadores, disponibilidade de informações e produtos e fatores homogêneos, qualquer divergência entre as curvas de oferta e demanda por trabalho se ajustariam via flexibilidade dos salários reais e na mudança nas técnicas de produção em direção ao fator relativamente mais barato, atingindo, no longo prazo, uma situação de pleno emprego do fator trabalho. Determinada esta quantidade do fator trabalho de pleno emprego, a produção total da economia, a partir da função de produção, será uma produção também de pleno emprego.

A oferta agregada neste modelo, então, estaria, a partir da função de produção neoclássica, dada pelo equilíbrio no mercado de trabalho. A demanda agregada, representada por uma curva que relaciona de forma inversa o nível de preços e a quantidade demandada, se adaptaria a esta oferta agregada. Sendo assim, para qualquer diferença entre oferta agregada e demanda agregada haverá um ajuste, via nível de preço, fazendo a demanda se adaptar a oferta neoclássica de pleno emprego, ou seja, qualquer aumento/queda da demanda agregada levará a um aumento/queda no nível de preços da economia. Esse seria, resumidamente, a explicação neoclássica da inflação.

Neste sentido, as medidas de combate à inflação estariam centradas na redução da demanda agregada e, para isto, um dos instrumentos fundamentais a ser utilizado seria a taxa de juros, pois, afetaria os gastos da economia (investimento e consumo privados).

---

3. O nível de pleno emprego, na concepção ortodoxa, corresponde ao nível para o qual as economias estão convergindo, onde os recursos, que são substitutos, estão sendo plenamente utilizados. Não há desemprego involuntário dos recursos na economia e as alterações na oferta só podem ser obtidas mediante mudanças que alterem as variáveis reais da economia (Lopes e Vasconcellos, 2014). O mecanismo de preços (flexíveis) e a condição de mercado (concorrência perfeita) garantiria essa tendência das economias de irem para o pleno emprego (Bastos, 2010).

Além deste instrumental, outras medidas como corte dos gastos públicos, restrição do crédito, etc. também seriam utilizadas como formas de refrear a demanda agregada da economia.

Por outro lado, a inflação de custos está relacionada ao pensamento econômico heterodoxo, que atribui a causa da elevação dos preços aos custos da economia pelo lado da oferta. Segundo Bastos (2010) a abordagem de custos privilegiaria o comportamento dos custos básicos de produção, como salários nominais, taxas de juros nominais, câmbio e rendas/commodities. Estes custos afetam o preço de produtos da estrutura produtiva na economia provocando um aumento de preços generalizado. A seguir será visto brevemente como cada uma dessas variáveis afeta o nível preços.

Entretanto, antes de entrarmos na análise destes custos, vale a pena ressaltar o conceito de *conflito distributivo*, que está ligado à inflação e ao que ele representa no sentido de ser um dos fatores mantenedores da mesma. Este pressuposto sugere que o movimento de preços resultaria da disputa entre os agentes econômicos pela distribuição e participação na renda. Em outras palavras, o conflito distributivo seria o fenômeno que representaria a capacidade das empresas, sindicatos e outros agentes de manipularem os mecanismos e variáveis econômicas e políticas de que dispõem para manter sua participação relativa na renda (Bresser e Nakano, (1986), Rego, Mazzeo e Freitas Filho (1986)).

Dessa forma, será apresentada a seguir, de maneira sucinta, como os componentes básicos de custo na economia e sua dinâmica resultam num determinado nível de preços. Como explicam Sicsú (2003) e Bastos (2010), o aumento dos salários nominais, *cet.par.*, causaria inflação, via aumento do poder de barganha dos trabalhadores. Os empresários, por sua vez, para defenderem também sua renda, passariam os custos para o preço final, motivo pelo qual a inflação de custos está relacionada ao conflito distributivo. Este aumento do nível de preços devido à elevação dos salários nominais estaria mais propenso a ocorrer em situações onde a diferença entre o produto potencial e o efetivo é menor, já que com menor desemprego os trabalhadores teriam mais chances de obter tais ganhos salariais e os empresários também mais chances de repassarem seus custos.

As taxas de juros nominais, como aponta Bastos (2010, p.14), agiriam como um “custo de oportunidade para qualquer capital investido na produção [...] assim, as taxas de lucro mover-se-iam em simpatia com as taxas nominais de juros”, o que estabeleceria uma relação positiva desta com as taxas de inflação. A noção básica é de que, conforme os empresários percebem que sua produção possui uma demanda favorável, eles então

tendem a aumentar suas taxas de lucro; o que não relaciona o aumento dos preços à pressão da demanda, mas sim ao grau de monopólio da economia. É neste sentido que a taxa de juros entra como componente da inflação, já que se torna a remuneração dos empresários.

Outra variável importante na determinação dos custos é a taxa de câmbio, que entra como fator de custo na equação de preço, influenciando os preços de insumos importados e *tradables* (Bastos, 2010). Numa economia mais aberta, as chances da taxa de câmbio influenciar o nível de preços aumentam via inflação importada. Quando os preços dos produtos importados aumentam, pela variação da taxa cambial (desvalorização, mais especificamente), os empresários acabam repassando os custos para os produtos domésticos, fenômeno que também se intensifica, como nos casos anteriores, em situações de baixo hiato do produto.

A última variável componente dos preços básicos da economia são as commodities, ou grosso modo, a renda paga aos que possuem recursos, terras etc. Tais preços de commodities são determinados internacionalmente e sua relação com a inflação é bem intuitiva: aumento nos preços das commodities, que revelam a elevação dos custos de matérias-primas, recursos e insumos acaba por repassar os custos para os produtos internos (Bastos, 2010). Mais uma vez, caso o hiato do produto seja baixo, os efeitos de um aumento nos preços das commodities podem ser maiores no nível de inflação. Esta questão do hiato do produto ou do empenho é importante do ponto de vista do pensamento heterodoxo porque, segundo este, uma regra de combate à inflação convencional, que eleve a taxa de juros e refreie a demanda, quebraria a tensão inflacionária justamente criando um aumento do hiato do emprego, ou seja, elevando os níveis de desemprego. Assim, a crítica seria que as economias dificilmente gerariam uma inflação de demanda, mas ao mesmo tempo permaneceriam em um estado de “*stop-and-go*”, oscilando entre estabilidade monetária e aumento do desemprego.

No Brasil e na América Latina em geral, a antiga tradição cepalina, com sua teoria estruturalista, assim como a teoria administrativa e outras correntes heterodoxas abraçaram a ideia de inflação de custos por aceitarem que “a elevação persistente de preços no caso da América Latina não poderia ser explicada, exclusivamente, pelo persistente excesso de oferta monetária cuja origem seria um – também persistente – desequilíbrio fiscal” (Bastos, 2010).

Para os autores cepalinos a inflação então seria um fenômeno endógeno do próprio modo como a economia estava configurada, da sua dinâmica e, portanto, da sua estrutura.

Mais adiante neste sentido ainda afirmariam que o processo inflacionário seria um subproduto do crescimento econômico, uma vez que para alcançá-lo as economias necessitariam gerar cada vez mais déficits externos, o que suscitaria a demanda por divisas, desvalorizando então a taxa de câmbio e provocando uma inflação que, por natureza, seria um fenômeno reflexo do desenvolvimento das economias latino-americanas.<sup>4</sup>

De qualquer forma, grosso modo, a determinação e a dinâmica dos custos centrais da economia com as demais variáveis econômicas, resultando em um maior ou menor nível de preços agregados é o que definiria a concepção de inflação de custos, lado em que a oferta afetaria a inflação. Em fins teóricos, existiriam seis tipos de inflação de custos, a saber: inflação de salários, inflação de lucros, inflação de rendimentos decrescentes, inflação importada, choques inflacionários (ou inflação de commodity) e inflação de impostos<sup>5</sup>. Diferentemente de um combate à inflação num estilo ortodoxo, a inflação de custos requer o conhecimento de cada um destes tipos de inflação para então aplicar o devido “remédio” a cada diagnóstico identificado.

### **3. Políticas econômicas e combate à inflação no Brasil**

Nos dois tópicos anteriores foram expostas as concepções teóricas de inflação de demanda e inflação de custos. Como dito, cada um destes tipos de inflação sugere, a priori, um mecanismo de combate que mais se adequa com o próprio diagnóstico encontrado. No entanto, se por um lado o debate para entender as causas da inflação (se de custos ou de demanda) ainda se encontra presente entre economistas, os planos a serem adotados para combatê-la não ficam para trás. E a principal causa para isto é que a inflação “não é um fenômeno de causa única, mas sim resultante de uma multiplicidade de fatores” (Moura da Silva, 1981, p.85).

Antes de entrarmos, porém, nos aspectos da política econômica característica dos anos recentes e das estratégias seguidas para o controle do nível de preços é válido apontar o contexto do qual a economia brasileira estava emergindo, especificamente antes dos anos 2000.

O país viveu momentos difíceis economicamente, com altas taxas de inflação e baixo crescimento econômico, especialmente nos anos 80, que resultaram na elaboração

---

4. Ver Sicsú (2003).

5. Sicsú (2203 - p.12).

de sucessivos planos de estabilização que não obtiveram sucesso (Ferreira, 2013). Foi somente em 1994, com o Plano Real, que se conseguiu retomar os níveis de inflação mais civilizadamente aceitos; plano este que foi caracterizado por um ajuste fiscal, pela valorização da moeda nacional e da elevação da taxa de juros. Como aponta Ferreira (2013)

“Desde então (1994), o governo brasileiro passou a operar suas políticas econômicas nas seguintes frentes – na política fiscal: elevação da arrecadação tributária; na política monetária: a prática de altas taxas de juros para atrair capital externo<sup>6</sup>; e na política cambial: a manutenção do câmbio valorizado, mesmo após a adoção das bandas cambiais.”<sup>7</sup>

Em resposta a condições externas não favoráveis na segunda metade da década de 90, o governo brasileiro então optou por aplicar medidas de política econômica que comprimissem a demanda, elevando ainda mais a taxa de juros. Quando tais condições permaneceram, e falamos do contexto do segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, o governo então recorreu à ajuda do Fundo Monetário Internacional (FMI), que com premissas ortodoxas, significou a adesão de medidas de política econômica de cunho rígido, como o cumprimento de metas de superávit e corte dos gastos públicos e no monetário, o comprometimento com as metas de inflação basicamente pelo uso da taxa de juros.<sup>8</sup>

O Regime de Metas de Inflação (RMI), como apontam Vianna, Bruno e Modenesi (2010), é um modelo de combate à inflação marcado pelo suposto compromisso institucional da autoridade monetária em manter a estabilidade de preços como seu principal objetivo, de forma a garantir que a inflação fique de acordo com uma meta pré-estabelecida. Adotado pelo Brasil em 1999, o RMI em suma incumbe ao Banco Central do Brasil, através do Conselho Monetário Nacional (CMN), o dever de cumprir uma meta para a taxa de inflação (meta intervalar, com bandas de tolerância), que no caso brasileiro é representada pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) cheio.

---

6. Como também apontam Vianna, Bruno e Modenesi (2010) durante a implantação do Plano Real, a política monetária passou a ser conduzida com o objetivo de controlar as reservas internacionais, mantendo a atratividade do país para capitais. A rigidez monetária que ela representou seria então justificada por este motivo, pela necessidade de financiamento do balanço de pagamentos e, posteriormente, adentrando a primeira década de 2000 seria justificada como necessária para o controle do nível de preços.

7. Para uma descrição mais profunda, ver Ferreira (2013) e Gremaud (2008).

8. No ano de 1999, ano de implantação do RMI, o governo também abandonou a âncora cambial que havia sido mantido desde o Plano Real e houve então uma desvalorização da taxa de câmbio.



Ele se identifica muito mais com teorias da ortodoxia econômica do que com o pensamento heterodoxo, e se substancia basicamente em pilares como o uso da taxa Selic como instrumento primário de combate à inflação e na liberdade do Banco Central para determinar a trajetória dos instrumentos de política monetária.

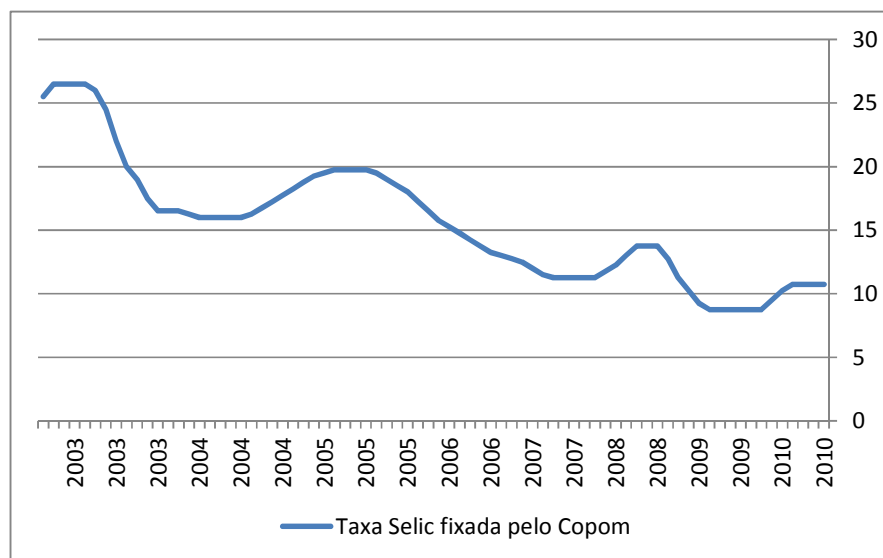
Como mostra João Sicsú (2003):

“A regra convencional que deve disciplinar a política monetária que vigora nos dias de hoje é simples: se pressões inflacionária ou a própria inflação estão presentes, eleva-se a taxa de juros - se a inflação ou as pressões inflacionárias desapareceram, a taxa de juros deve ser reduzida”.

Embora o início da primeira década de 2000 tenha sido marcado politicamente pela vitória do partido na época de oposição, PT, o caminho que a política econômica seguia não se alterou tão drasticamente assim. Nos primeiros anos do governo Lula os acordos com o FMI foram de certa forma mantidos, no sentido de que a austeridade fiscal e o compromisso com o RMI continuariam em seu rumo.

De maneira geral, pode-se avaliar que o governo Lula foi bem sucedido no que tange a estabilização de preços. Mesmo apresentando altas taxas de juros no início do seu primeiro mandato, o governo Lula registrou significativas quedas da taxa, especialmente no segundo mandato. O gráfico 1 mostra a evolução da taxa Selic fixada pelo Copom ao longo do governo Lula.

**Gráfico 1 – Taxa Selic fixada pelo Copom no governo Lula**



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Central.

O segundo mandato do presidente Lula representou um período de inflexão da condução da política econômica no país. Já no final do primeiro mandato a equipe

econômica foi modificada e o novo ministro criou um programa objetivando alavancar o crescimento econômico, que foi denominado Plano de Aceleração do Crescimento (PAC). Além disso, a economia brasileira apresentou acúmulo de reservas internacionais aliviando a possibilidade de crises no balanço de pagamentos. Entretanto, o ano de 2008 foi marcado por uma crise financeira na principal economia do mundo. Esta crise afetou vários outros países, inclusive o Brasil. O governo brasileiro aproveitou o PAC e o utilizou como instrumento de política econômica, aplicando, dessa forma, medidas fiscais mais expansionistas, com aumento do crédito para consumo das famílias e uma real política de valorização do salário mínimo. Essas medidas fizeram aquecer a demanda do país, elevando o emprego e diminuindo a concentração de renda. O resultado foi uma mudança na taxa média de crescimento da economia com inflação controlada.

Contudo, o primeiro ano do primeiro governo Dilma Rousseff inverte a tendência de crescimento da economia. Com uma política fiscal mais restritiva, a taxa média de crescimento da economia caiu no primeiro ano e se manteve nos três anos seguintes, com o agravante do último ano do governo ficar próximo de zero. Ademais, o início do segundo mandato da presidente e as últimas medidas de política econômica aplicadas pelo governo sugerem inflexibilidade ainda maior na área fiscal, da qual o próprio Ministro da Fazenda, Joaquim Levy, disse que a aplicação de um “ajuste” é inevitável, tanto na área fiscal quanto na área monetária, que vem apresentando sucessivos aumentos da taxa de juros Selic.

É bem verdade que o primeiro mandato de Dilma foi marcado por uma política monetária mais flexível, com redução da taxa de juros, no entanto essa flexibilidade vem desaparecendo desde o fim desse mandato, e dá indícios de que continuará a desaparecer neste início do segundo. Mesmo que embora a taxa de inflação medida em todos os anos do primeiro mandato da presidente Dilma tenha sido mantida dentro da meta, tendo a de 2011 alcançado o limite superior da tolerância estabelecida, a política econômica tanto monetária quanto fiscal parece estar cada vez mais inclinada para uma ortodoxia e para a compressão da demanda agregada. A seguir vamos apresentar de forma mais detalhada o comportamento da inflação nos quatro anos do primeiro mandato do governo Dilma.

#### **4. A Inflação no Primeiro Mandato do Governo Dilma Rousseff**

Nesta seção será feita uma breve apresentação conjuntural dos resultados da inflação dos quatro anos do primeiro governo da presidente Dilma, apresentados no relatório de indicadores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O Índice

Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) é calculado pelo IBGE desde 1980, se refere às famílias com rendimento monetário de 01 a 40 salários mínimos, qualquer que seja a fonte, e abrange dez regiões metropolitanas do país, além dos municípios de Goiânia, Campo Grande e de Brasília. Este é o índice utilizado para representar a inflação oficialmente, e a política de metas de inflação é esboçada a partir dele (Banco Central, (2014)). A tabela 2 mostra as metas de inflação no governo Dilma comparada com as efetivas taxas do IPCA.

**Tabela 2 – Metas para inflação e inflação efetiva no governo Dilma**

Ano	Meta (%)	Banda (p.p.)	Limites Inferior e Superior (%)	Inflação Efetiva (IPCA % a.a.)
2011	4,5	2	2,5 – 6,5	6,50
2012	4,5	2	2,5 – 6,5	5,84
2013	4,5	2	2,5 – 6,5	5,91
2014	4,5	2	2,5 – 6,5	6,41

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Central.

Começando pelo ano de 2011, ano inicial do primeiro mandato da presidente Dilma, o IPCA fechou em 6,50%, acima da taxa de 5,91% do ano de 2010 e registrando a maior taxa desde 2004, que fechou com 7,60%. O grupo que apresentou maior variação foi Transportes, com 6,05% em 2011, 3,64% a mais do que no ano anterior. Considerando os impactos, embora o grupo Alimentos e Bebidas tenha apresentado variação menor do que a do ano anterior, o mesmo continuou sendo o que causa maior impacto no índice. O grupo foi responsável por 1,69 pp. na taxa, o que representa 26% do IPCA. Atrás dele o grupo Transportes foi o que teve maior impacto, com 1,13 pp. e 17% do IPCA.

Em 2012 o índice fechou em 5,84%, abaixo dos 6,50% de 2011. Dos grupos pesquisados o mais elevado foi o das Despesas Pessoais, com 10,17%, e sendo responsável por 17% (com 1,01pp. de impacto) do IPCA de 2012. Mesmo Alimentos e Bebidas não apresentando a maior variação do ano, este grupo continuou sendo o que causou maior impacto no índice, com 2,27pp. e 39% da taxa. Assim como Despesas Pessoais, o grupo Habitação também foi responsável por 17% do IPCA de 2012, tendo variação de 6,79% e impacto de 0,99pp. no índice. Transportes, por sua vez, líder no ano anterior, em 2012 foi o que apresentou a variação mais baixa, com 0,48%, uma queda expressiva.

No ano de 2013 o IPCA terminou em 5,91%, acima da inflação de 2012 em 0,07 ponto percentual. Neste ano, o grupo de Alimentos e Bebidas foi o que apresentou variação mais elevada, de 8,48%, mesmo sendo este número menor do que o relativo ao ano anterior. Com relação aos impactos também se registrou a mesma situação: mesmo o impacto do grupo Alimentos e Bebidas tendo recuado em relação ao registrado em 2012, o grupo ainda assim foi responsável por 34% do índice, com 2,03pp. As Despesas Pessoais ficaram em segundo lugar, com variação de 8,39% e impacto no índice de 0,87pp., o que representa 15% dele. O grupo com a variação mais baixa e o menor impacto no IPCA por sua vez foi o grupo Comunicação, com 1,50% de elevação e 0,07pp. de impacto, o que representou 1% do IPCA.

**Tabela 3 – Variação acumulada e impacto dos grupos do IPCA no governo Dilma.**

Grupos	Variação (%)				Impactos (p.p)			
	2011	2012	2013	2014	2011	2012	2013	2014
<b>IPCA</b>	<b>6,50</b>	<b>5,84</b>	<b>5,91</b>	<b>6,41</b>	<b>6,50</b>	<b>5,84</b>	<b>5,91</b>	<b>6,41</b>
<b>Alimentação e Bebidas</b>	<b>7,18</b>	<b>9,86</b>	<b>8,48</b>	<b>8,03</b>	<b>1,69</b>	<b>2,27</b>	<b>2,03</b>	<b>1,97</b>
<b>Habitação</b>	<b>6,75</b>	<b>6,79</b>	<b>3,40</b>	<b>8,80</b>	<b>0,89</b>	<b>0,99</b>	<b>0,50</b>	<b>1,27</b>
<b>Artigos de Residência</b>	<b>0,00</b>	<b>0,84</b>	<b>7,12</b>	<b>5,49</b>	<b>0,00</b>	<b>0,04</b>	<b>0,31</b>	<b>0,25</b>
<b>Vestuários</b>	<b>8,27</b>	<b>5,79</b>	<b>5,38</b>	<b>3,63</b>	<b>0,57</b>	<b>0,39</b>	<b>0,36</b>	<b>0,24</b>
<b>Transportes</b>	<b>6,05</b>	<b>0,48</b>	<b>3,29</b>	<b>3,75</b>	<b>1,13</b>	<b>0,10</b>	<b>0,64</b>	<b>0,71</b>
<b>Saúde e Cuidados Pessoais</b>	<b>6,32</b>	<b>5,95</b>	<b>6,95</b>	<b>6,97</b>	<b>0,68</b>	<b>0,66</b>	<b>0,77</b>	<b>0,78</b>
<b>Despesas Pessoais</b>	<b>8,61</b>	<b>10,17</b>	<b>8,39</b>	<b>8,31</b>	<b>0,89</b>	<b>1,01</b>	<b>0,87</b>	<b>0,88</b>
<b>Educação</b>	<b>8,06</b>	<b>7,78</b>	<b>7,94</b>	<b>8,45</b>	<b>0,57</b>	<b>0,34</b>	<b>0,35</b>	<b>0,38</b>
<b>Comunicação</b>	<b>1,52</b>	<b>0,77</b>	<b>1,50</b>	<b>-1,52</b>	<b>0,08</b>	<b>0,04</b>	<b>0,07</b>	<b>-0,07</b>

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE

A inflação do ano de 2014, por fim, fechou em 6,41%, superando em 0,5 ponto percentual o índice de 2013. Os gastos com Habitação foram os que mais aumentaram no acumulado do ano (8,80%), seguido de Educação (8,45%), Despesas Pessoais (8,31%) e Alimentação e Bebidas (8,03%). No entanto, levando em conta o impacto que cada grupo teve sobre o índice do acumulado do ano, Alimentos e Bebidas exerceu novamente a maior influência, de 1,97pp., seguido de Habitação com 1,27pp. e Despesas Pessoais com 0,88pp.

A análise feita até agora foi superficial, no entanto, para compreendermos melhor o perfil com que a elevação de preços dos últimos anos se caracterizou, uma análise mais aprofundada de cada grupo se faz necessária, ou seja, será traçado um perfil dos grupos que compõem o IPCA: suas elevações, quedas, impactos no índice final, respectivas

explicações e comportamento ao longo dos anos compreendidos por este trabalho.<sup>9</sup>

O primeiro grupo é o de *Alimentos e Bebidas*. A partir de uma visão geral podemos afirmar que apesar deste grupo ser o que mais impacta no IPCA, tendo em média 32,25%<sup>10</sup> de participação no índice, sua variação tem mostrado queda nos últimos dois anos. Desde 2012, quando registrou elevação anual de 9,86%, o grupo vem caindo, com 8,03% no final de 2014, assim como também vem caindo seu impacto sobre o índice final. A elevação que ocorreu de 2011 para 2012, segundo o relatório de inflação do Banco Central (2012) se deve ao “efeito defasado de pressões de preços observadas no preço ao produtor [...] especialmente nos itens afetados pelas altas nas cotações internacionais de grãos”.

No ano de 2011, em que a variação e o impacto do grupo de Alimentos e Bebidas foram os menores em relação aos quatro anos, grande parte do motivo pelo qual ainda assim o grupo teve maior impacto sobre a inflação vem da forte pressão dos alimentos consumidos fora de casa. O item *refeição fora* durante os quatro anos pesquisados oscilou entre o primeiro e o segundo lugar no *ranking* dos impactos individuais no IPCA, fato que segundo o DIEESE (2011) pode ser explicado tanto porque houve um aumento do emprego e, portanto, da demanda por refeições fora de casa, quanto pela própria elevação dos alimentos, que fizeram com que alimentação tanto fora quanto nos domicílios aumentasse. Neste setor, que é de serviços, acaba que as chances de propagação de custos para o preço são maiores, pelo fato de que o mesmo é mais sensível a variações de outros preços, fazendo com que os profissionais desta área repassem os custos para defenderem sua renda.

Um fato interessante, neste sentido, que também é apontado pelo DIEESE (2011), é que o setor de serviços é o que lidera as elevações de preços desde 2005, em relação às elevações dos preços dos bens. As sucessivas pressões do serviço “refeição fora” nos impactos individuais do IPCA acabam revelando este caráter. Summa (2014) mostra que no período de 2010-13, série que abrange três dos quatro anos que estamos analisando, mesmo com o crescimento mais forte da inflação importada (em R\$), a inflação de bens industrializados seguiu baixa, e a pressão maior recaiu sobre a inflação de alimentos.<sup>11</sup>

---

09. Os dados para a análise dos grupos que compõem o IPCA foram retirados do relatório Indicadores IBGE: Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor dos respectivos anos.

10. Considerando os anos de abrangência deste trabalho: 2011-14.

11. Em seu trabalho Summa utilizou a média da inflação de preços de alimentos do período mencionado em relação à inflação importada e a inflação de preços de bens industrializados. A afirmação segue da análise de uma tabela com dados do IPCA/IBGE, Martinez (2014), CAGED,

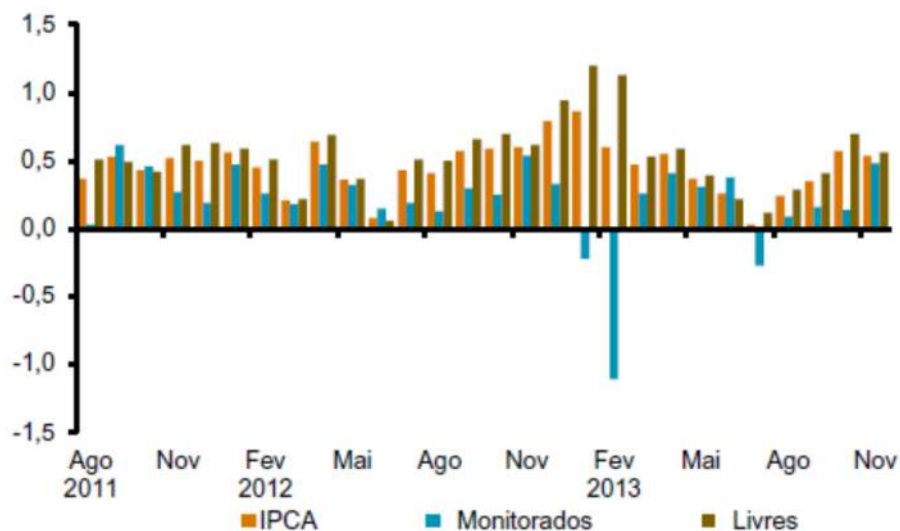
De fato, são a partir de 2013 que se registram menores variações e impactos dos grupos de Alimentos e Bebidas, ainda que altos e substancialmente significantes para a composição do IPCA.

O grupo de alimentos e bebidas é bastante sensível ao consumo das classes mais baixas, que, por sua vez, tiveram ganhos de renda durante a década de 2000, o que pode caracterizar uma inflação de demanda. Por outro lado, entretanto, é um setor que também contrata trabalhadores que tem proventos próximos de um salário mínimo. O salário mínimo vem apresentando ganhos reais desde 2003, ou seja, aumentando o custo de produção neste setor.

O grupo *Habitação*, que é composto tanto por despesas residenciais como por alguns preços monitorados como energia elétrica residencial, taxa de água e esgoto etc. teve em média 14,75% no IPCA durante os quatro anos. Nos dois primeiros anos este grupo teve uma alta considerável, de média 6,77%, assim como um dos maiores impactos sobre o IPCA, situação que se reverteu em 2013, quando apresentou variação de 3,40% e impacto de 0,50pp.

A principal causa nos anos anteriores foi o aumento significativo dos aluguéis residenciais, que fechou em 2011 com 11,01% e a elevação expressiva das taxas de água e esgoto, que saltaram de 3,37% para 8,30%. O ano de 2012 manteve a elevação nestes mesmos itens, e somente em 2013 houve uma queda drástica da variação do grupo muito relacionada com a redução de 15,66% das contas de energia elétrica, que neste mesmo ano apresentou impacto de -0,52pp., o impacto individual para baixo mais expressivo. Isto revela a redução média da participação dos preços monitorados na inflação, que já vinha caindo desde os anos anteriores, e que em 2010-13 apresentou média de 3,5% (Summa (2014)). O gráfico a seguir apresenta a variação mensal dos preços do IPCA como um todo em comparação com a variação dos preços livres e dos preços monitorados.

### **Gráfico 2 – Evolução do IPCA (Variação % mensal)**



Fonte: Relatório de Inflação do Banco Central 2013.

Em 2014 o grupo então retorna a apresentar uma variação acumulada acentuada e desta vez bastante significativa, com 8,80%, que representou a maior variação acumulada do ano. O motivo foi graças também às contas com energia elétrica, que subiram 17,06% em média, deixando a variação mensal dos preços monitorados acima da variação mensal do IPCA em boa parte de 2014. Embora tenha apresentado a queda em 2013, a média de impacto no IPCA desde grupo foi de 0,91pp. entre 2011-14.

Outro grupo de importante relevância para o IPCA dos anos compreendidos aqui neste texto foi o de *Despesas Pessoais*. É interessante observar que durante os quatro anos este grupo não sofreu variações ou impactou a inflação de maneira tão radicalmente diferente: ele sempre apresentou altas elevações assim como exerceu grande impacto. Sua média de variação foi de 8,87%, consideravelmente alta, e seu impacto teve média de 0,91pp. tomando também 14,75% do IPCA.

Neste grupo há de se destacar o aumento do salário dos empregados domésticos, assim como do preço de serviços como manicure, hotel, costureira, cabeleireiro etc. Em seu texto, Summa (2014) ressalta a possível relação que poderia então existir entre a elevação dos salários e a alta dos preços, já que boa parte do grupo de Despesas Pessoais é composto por serviços e este, por sua vez, é um setor com alto coeficiente de trabalho. O efeito dos aumentos salariais poderia afetar a inflação então via custos dos setores *non-tradables*, como o de serviços, que possui menores ganhos de produtividade e não sofre com concorrência externa, ou poderia afetar diretamente o IPCA pelo fato de que alguns de seus preços são bastante intensivos em trabalho de baixa qualificação, o que facilita a

influência do salário mínimo.

No entanto, o próprio autor afirma que, apesar de poder existir esta relação sistemática entre inflação e reajustes do salário mínimo no Brasil, esta não seria forte o suficiente para explicar a inflação atualmente, já que seus impactos não seriam tão significantes assim para os alimentos e para os bens industriais. Outro grupo que também não apresentou grandes oscilações, mas manteve certo impacto sobre o IPCA foi *Saúde e Cuidados Pessoais*. Neste, as maiores pressões ao longo dos anos recaíram sobre os gastos com planos de saúde, que apresentaram sucessivos aumentos ao longo dos quatro anos. Além deste, aumentos nos preços das consultas médicas, remédios e itens de higiene pessoal também colaboraram para manter o grupo sempre com parcela significativa na inflação. A constante e forte presença dos grupos *Despesas Pessoais* e *Saúde e Cuidados Pessoais* na inflação revela, como já foi mencionado, a crescente participação do setor de serviços no IPCA.

O grupo dos *Transportes* teve uma interessante característica nos dois primeiros anos que estamos estudando. No ano de 2011, *Transporte* apresentou a sua maior variação, de 6,05%, sendo neste ano o grupo que mais subiu em relação ao ano passado. Os preços que mais contribuíram para isso foram os das passagens aéreas, que de 2010 com 3,17% aumentou para 52,91% em 2011, do Etanol com 15,75%, da Gasolina que pulou de 1,67% para 6,92% entre outros. Segundo o Banco Central, a evolução dos preços monitorados no ano de 2011 deve-se especialmente a estes casos.

No ano de 2012, porém, a participação do grupo caiu consideravelmente, indo de 6,05% para 0,48%, impactando o IPCA daquele ano com apenas 0,10pp. A razão para isto teria sido a queda do preço dos automóveis novos, devido à redução do Imposto sobre produtos industrializados (IPI), o que também gerou efeito nos automóveis usados, fazendo com que ambos puxassem para -0,39pp. seu impacto. Além disto, os combustíveis também caíram, com o próprio Etanol e a Gasolina, que haviam subido no ano anterior, apresentando variações de -3,48% e -0,41% respectivamente.

A situação então se modificou nos anos de 2013-14, quando a variação do grupo voltou a crescer. Tanto o preço dos combustíveis subiu novamente quanto dos automóveis novos e usados, consequência da elevação do IPI. As tarifas de transporte público, no entanto, especialmente em 2013, não subiram tanto em relação a 2012, exceto pelos ônibus interestaduais que receberam reajuste, e grande parte disso se deve as manifestações populares que ocorreram em todo país contra o aumento das passagens de ônibus urbano, trens, metrô, ônibus intermunicipal etc. Em 2014, quando variou 3,75%,

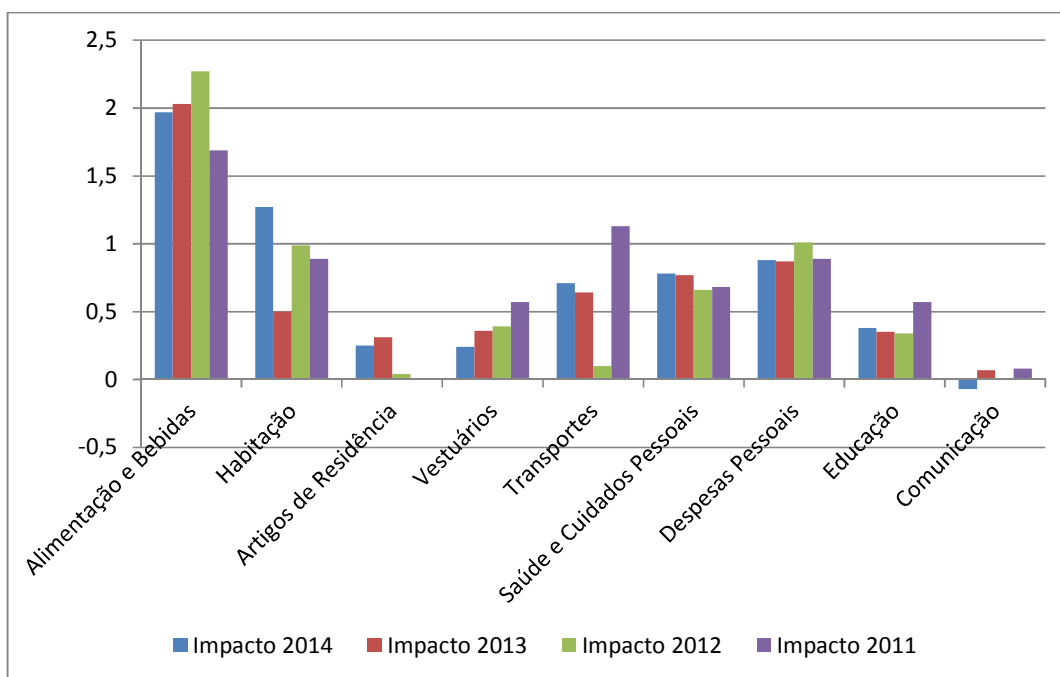


por ser o item de segundo maior peso no orçamento das famílias, o grupo foi de grande importância para o IPCA. O aumento da variação se deu em parte porque neste ano houve de fato os reajustes das tarifas de transporte público e em parte porque também aumentou o preço da gasolina, devido a um reajuste nas refinarias, o que acarreta o aumento de outros preços. A média de impacto deste grupo nos quatro anos foi de 0,65pp.

Os grupos *Artigos de Residência e Vestuários* de um modo geral não foram os que afetaram tanto a inflação nos anos aqui estudados. Enquanto o primeiro grupo registrou aumento nas variações e nos impactos, com queda no último ano, o segundo grupo veio caindo desde 2011, tendo ambos média de impacto de 0,15pp. e 0,39pp. respectivamente.

Já o grupo *Educação* apresentou uma média de impacto um pouco maior, com 0,41pp. Os aumentos nos preços dos cursos regulares assim como também de cursos diversos contribuíram para tanto, mas estes aumentos, de mensalidades escolares etc. são em grande parte devido à sazonalidade e não se constituem como a grande explicação pela alta dos preços ao longo dos quatro anos. Um grupo que expôs baixos resultados tanto em variação quanto em impacto foi *Comunicação*, pela baixa dos preços de telefonia fixa, aparelho telefônico etc. Ao longo dos anos, este grupo teve média de 0,03% de impacto, sendo o grupo que menos afeta a inflação no sentido positivo.

O gráfico 3 mostra os impactos que cada grupo causou nos quatro anos de governo da presidente Dilma.

**Gráfico 3 – Impactos dos grupos do IPCA no governo Dilma**

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE

## Conclusão

A partir da análise dos dados obtidos tanto pelo IBGE quanto pelo Banco Central do Brasil, conclui-se que, apesar de estar em queda, a pressão exercida pelos alimentos na inflação brasileira dos anos compreendidos foi um dos principais responsáveis pelo nível de preços que fora apresentado. Além do problema com as secas e com efeitos climáticos que possam ter justificado tal pressão, a participação dos alimentos é significativa porque os mesmos não apenas constituem a refeição que os brasileiros consomem em suas casas como também são utilizados em serviços de alimentação fora de casa, o que faz com que ocorra um repasse de custos.

O setor de serviços, por sua vez, como exposto na análise, contribuiu significativamente para a elevação de preços desde 2005, e vem apresentando aumentos acima dos aumentos dos preços dos bens desde então. Por este ser um setor com alto coeficiente de trabalho, os efeitos de variações salariais poderiam de certa forma explicar o motivo da alta de preços, já que os empregadores estariam com custos mais elevados e num ato de defesa repassariam os mesmos para os preços dos serviços. Por outro lado, estes mesmos ganhos salariais poderiam também caracterizar um aumento do poder de compra do trabalhador que aqueceria a demanda e então faria os serviços em geral

aumentarem seus preços.

A influência dos preços monitorados também não pode passar despercebida. Os aumentos que grupos como *Habitação* e *Transportes* sofreram especialmente no final do governo Dilma se devem em grande parte ao monopólio de preços de energia elétrica, gasolina, tarifas de transportes etc. por parte do governo, o que também constituiu um aumento tanto no custo de vida dos brasileiros como da produção em geral e de empregadores.

De qualquer maneira, tentar atribuir a inflação apenas um motivo específico ou dar uma explicação exata é uma tarefa extremamente difícil. Isto porque constantemente tanto causas como consequências acabam de misturando no processo de análise, o que torna o “dilema” inflação de demanda versus inflação de custos mais complexo do que se imagina. Uma coisa está clara: a política econômica segue reprimindo a demanda via taxa de juros e ajuste fiscal. Resta saber que efeitos e consequências estas ações trarão.

### Referências bibliográficas

BANCO CENTRAL DO BRASIL, BCB. Relatório de Inflação, vol. 13, nº 4. Brasília: dezembro de 2011.

\_\_\_\_\_. Relatório de Inflação, vol. 14, nº 4. Brasília: dezembro de 2012.

\_\_\_\_\_. Relatório de Inflação, vol. 15, nº 4. Brasília: dezembro de 2013.

\_\_\_\_\_. Relatório de Inflação, vol. 16, nº 3. Brasília: dezembro de 2014. BASTOS, C. P. M. Conflito Distributivo e Inflação. Textos para discussão CEPAL-IPEA, 11. DF: CEPAL. Escritório de Brasília/IPEA, 2010.

DA SILVA, A.M. Inflação: Reflexões à margem da experiência brasileira. In: REGO, J. M. (Org.). Inflação inercial, teorias sobre inflação e o Plano Cruzado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

DIESSE. Análise dos atuais componentes da inflação no Brasil. Nota técnica. Nº 98. São Paulo: maio de 2011.

FERREIRA, Luciana da Silva. Distribuição de Salários na economia brasileira: um estudo a partir da contabilidade social para os anos de 2001, 2005 e 2008. 1. ed. Rio de Janeiro: Pensamento Brasileiro, 2013.

GREMAUD, A.P.; VASCONCELLOS, M. A. S.; TONETO, R. Economia Brasileira Contemporânea. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

INDICADORES IBGE, IBGE. Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor. Rio de Janeiro: dezembro de 2011.

\_\_\_\_\_. Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor. Rio de Janeiro: dezembro de 2012.

\_\_\_\_\_. Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor. Rio de Janeiro: dezembro de 2013.

\_\_\_\_\_. Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor. Rio de Janeiro: dezembro de 2014.

- LOPES, L.M & VASCONCELLOS, M. A. S (Org.). Manual de Macroeconomia: nível básico e intermediário. 3. ed. 7. reimpr. – São Paulo: Atlas, 2014.
- LUQUE, C. A.; VASCONCELLOS, M. A. S. Considerações sobre o problema da inflação. [S.l., s.n.], 2004.
- REGO, J. M.; MAZZEO, L. M.; & FREITAS FILHO, E. D. Teorias sobre inflação: uma abordagem introdutória. In: REGO, J. M. (Org.). Inflação inercial, teorias sobre inflação e o Plano Cruzado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- SERRANO, Franklin. Juros, câmbio e o sistema de metas de inflação. Revista de Economia Política, vol. 30, nº 1 (117), pp. 63-72, janeiro-março/2010.
- SICSÚ, João. Teoria e evidências do regime de metas inflacionárias. Revista de Economia Política, vol. 22, nº 1 (85), janeiro-março/ 2002.
- SICSÚ, João. Políticas não-monetárias de controle da inflação: Uma proposta pós-keynesiana. Revista Análise Econômica, vol. 21, nº 39, pp.1-22, março de 2003.
- SUMMA, R. F. Uma nota sobre a relação entre salário mínimo e inflação no Brasil a partir de um modelo de inflação de custo e conflito distributivo. Texto para discussão, 12. Rio de Janeiro: IE-UFRJ, 2014.
- VIANNA, S. T. W.; BRUNO, M. A. P.; & MODENESI, A. D. M. (Org.). Macroeconomia para o desenvolvimento: crescimento, estabilidade e emprego. Brasília: IPEA, 2010. Livro 4.